

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A ÚLTIMA DESCOBERTA ARQUEOLÓGICA NA CITÂNIA DE BRITEIROS E A INTERPRETAÇÃO DA "PEDRA FORMOSA".

CARDOSO, Mário

Ano: 1932 | Número: 42

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da "Pedra Formosa". *Revista de Guimarães*, 42 (3-4) Jul.-Dez. 1932, p. 127-139.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros

e a interpretação da « Pedra Formosa »

(Continuação da pág. 25)

¿Qual a natureza das práticas que se efectuariam no interior destes monumentos? Veneração de mortos ou culto de deuses? A finalidade religiosa do monumento citaniense é, sem dúvida, a única admissível. Na esfera deste critério o temos, portanto, de estudar. Todavia, restringido o problema a esta hipótese, ainda se nos apresentam várias directrizes, não sendo fácil decidir com segurança por qual delas devemos enveredar. Dentro da concepção espiritual ou religiosa, o monumento de Briteiros poderia ser destinado a:

a) — Monumento funerário, i. é — sepultura (*hypogeum*) ou crematório (*ustrinum*).

b) — Templo ou santuário.

E, pois os vestígios de fogo são inegáveis neste monumento, temos de aceitar que nêle se praticava, no primeiro caso, a cremação, uso corrente na época; no segundo, a execução de actos sacrificatórios consagrados a qualquer divindade, dos quais fazia parte a imolação de *victimae*, seguida da sua incineração total ou parcial.

A opinião mais geralmente aceite pelas pessoas de autorizada cultura arqueológica que têm visitado a singular edificação, é a de que se trata de um monumento sepulcral ⁽¹⁾, *hypogeum*, fôsse ou não ali praticada a incinera-

(1) De nosso conhecimento, o primeiro trabalho publicado acerca do monumento da Citânia foi o do ilustre Arqueólogo espanhol Sr. Juan Cabré, um dos Congressistas que, em Setembro de 1930, visitaram Briteiros, estudo a que deu o título — «Las necrópolis de los castros del Bajo

ção, por isso que uma parte dessas pessoas nega, inclusive, os vestígios de fogo. Todavia, tais afirmações, resultantes de uma impressão de momento, produzida por um exame excessivamente rápido, e não por um estudo minucioso, podem, muito naturalmente, ser falíveis, embora absolutamente dignas de ponderação por terem sido pronunciadas por pessoas idóneas.

De facto, a primeira tendência que instintivamente se apresenta a quem depara com o monumento é para o comparar com os sepulcros do período megalítico, i. é — com os dolmens ou modalidades da sua evolução. Ao Sr. Prof. Leite de Vasc., por exemplo, lembrou-lhe as sepulturas de falsa cúpula, da necrópole de Alcalar (1); ao Sr. P.º Eugénio Jalhay o dólmen de Matarrubilla, proficientemente estudado por Obermaier (2); ao Sr. Ab. Favret, também um dos ilustres Congressistas do XV Congresso I. A. A. P., sugeriu-lhe as grutas sepulcrais artificiais ditas do Petit Morin, onde apareceram os célebres ídolos funerários, semelhantes, nas suas linhas gerais, aos representados nas nossas placas alentejanas de xisto (*ídolos-placas*) (3). Den-

Duero y del Norte de Portugal», in *Archivo Español de Arte e Arqueología* — Madrid — n.º 18, 1930 — págs. 259 a 265. Este A. integra o monumento na classe dos sepulcros de galeria, fazendo parte da necrópole da Citânia (que, diga-se de passagem, ainda está por localizar), mas pertencentes a indivíduos ou famílias de grande categoria social, e, por isso mesmo, raros. Cronologicamente, coloca-o já em plena Idade do Ferro.

Também o órgão da Soc. Portuguesa de Antrop. e Etnol. nos deu já uma fotografia da nova Pedra Formosa (V. *Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnolog.* — vol. V — fasc. I — Pôrto, 1931 — Est. VII, entre págs. 28-29), acompanhada de uma pequena referência ao monumento.

(1) V. Estácio da Veiga — «Antiguidades monumentais do Algarve» — Lisboa — vol. III — 1889 — Est. III, VI, X, XVII; L. de Vasconcelos — «Relig. da Lusitânia» — vol. I — 1897 — pág. 299 ss.; e n.º «O Arch. Port.» — vol. VII — pág. 129 ss., o artigo deste mesmo A. «Sepulturas pre-históricas de carácter mycenense».

(2) Hugo Obermaier — «El dolmen de Matarrubilla (Sevilla)» — Memória n.º 26 de la Comisión de Invest. Paleont. y Prehistoricas. — Madrid, 1919.

(3) V. Déchelette — «Manuel d'Arch.» — Paris — vol. I (edição 1924) — pág. 455 ss., 585, 586, e 594 ss.

Actualmente, o *ídolo funerário* é uma interpretação tida como improvável; tais representações antropomorfas são antes consideradas a própria imagem do defunto (V. Frankowski — «Estelas discoideas de la Pen. Ibérica» — Madrid, 1920 — pág. 34 e 177).

tro de tais pontos de vista, a abertura inferior da Pedra Formosa, além de praticamente ter servido, porventura,

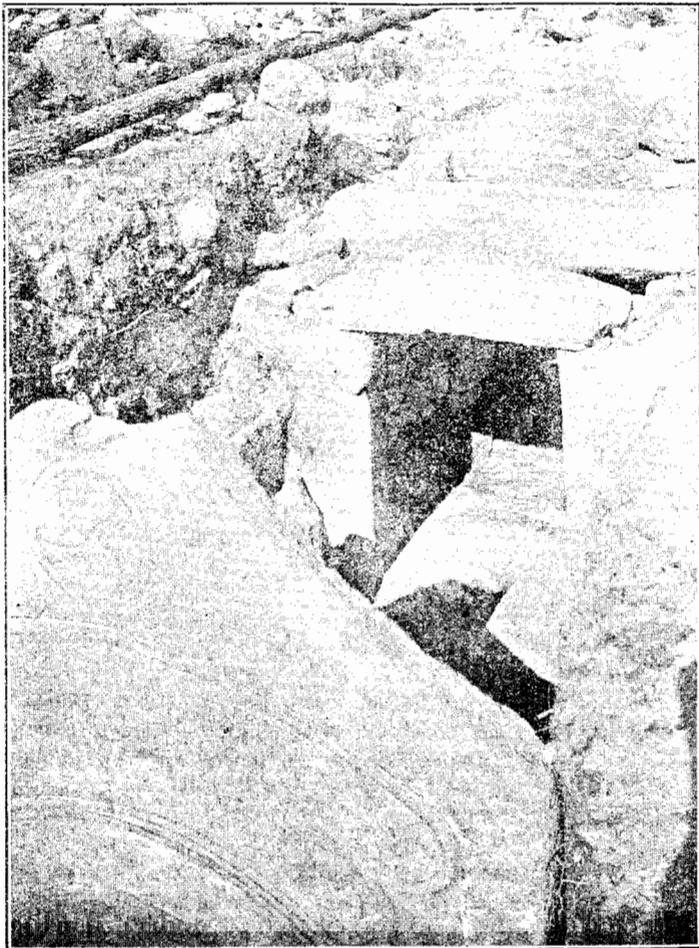


Fig. 16 — Outro aspecto do monumento

para dar passagem ao cadáver, ou à urna cinerária, desempenharia também uma função idêntica à que é atribuída ao orifício praticado em certos dolmens, i. é — permitiria a

deposição, no interior do sepulcro, de oferendas consagradas ao morto, ao mesmo tempo que o espirito dêste poderia sair e entrar livremente, por essa *porta fúnebre* ⁽¹⁾, nas suas freqüentes digressões à morada dos vivos.

Mas o certo é que estes eruditos serão os primeiros a reconhecer, evidentemente, que nenhum paralelo ou aproximação pode estabelecer-se entre aqueles monumentos pre-históricos, do Eneolítico final, ou, quando muito, dos começos do Bronze, e uma edificação pertencente ao período lusitano-romano, certamente já do séc. I-II de J. C., produto de uma cultura distante da época daqueles megalitos mais de dois milénios. Verifica-se, realmente, uma certa analogia entre o traçado geral dêste monumento e o das sepulturas primitivas, do tipo alcalarense, já pela disposição de um recinto circular com as fiadas de pedra diminuindo de diâmetro para a parte superior, constituindo um *tholus*, já pela existência de uma porta de comunicação para o interior dêste edificio, precedida de um corredor ou *dromus*, mais ou menos extenso ⁽²⁾. Porém, aqueles monumentos são considerados como uma fase da evolução megalítica portuguesa, cuja última modalidade é um sarcófago da mais singela estrutura — a *cista*. Que a tradição architectónica do monumento da Citânia e congêneres se filie nas construções do período dolmênico, por um fenómeno de sobrevivência e persistência arcaica, é, talvez, possível; mas êsse facto não exigirá, forçosamente, uma identidade de aplicação ou destino, além de que nos devemos precaver contra o cómodo auxilio, a que freqüentemente se recorre, da demonstração pela teoria da *sobrevivência*, de ligações e afinidades culturais que, em muitos casos, não terão porventura existido e que as simples analogias morfológicas ou architecturais não autorizam a aceitar sem discussão, principalmente quando a tal se opõe um evidente anacronismo.

E' estranho ainda que, a tratar-se de uma sepultura, individual ou colectiva, não apparecesse na cripta, ou na

⁽¹⁾ Cf. Leite de Vasc. — «Rel. da Lus.» — III, pág. 456 ss., e E. Linckenheld — «Stèles fun.» cit., pág. 126 ss.

⁽²⁾ Cf. s. v. «*Sepulcrum*», in Daremberg & Saglio — «Dictionnaire des Ant. grecques et romaines» — Paris — Hachette — vol. IV — 1908.

galeria imediata, o mínimo vestígio do espólio peculiar, como restos de ossos, urnas cinerárias ou quaisquer fragmentos cerâmicos, etc., que nos revelassem tal fim, se bem que tenhamos de contar sempre com as violações sofridas pelo monumento e com a acção continuada dos agentes naturais, como arrastamentos produzidos pela água das chuvas, etc. Os poucos objectos que lá se encontraram (cf. pág. 35) são atípicos. Por outro lado, na hipótese de estarmos em frente de uma simples sepultura, não é facilmente explicável o longo desgaste da parte superior das pedras que formam o tanque, nem tampouco se compreende o polido do pavimento, na galeria e ante-câmara separadas pela Pedra Formosa, que só uma acção intencional, persistente e demorada, poderia produzir. É certo que a rocha de que são constituídas as guardas do tanque é, de sua natureza, muito mole e desagregável, mas não assim relativamente às duas pedras do pavimento, que sendo de um granito extremamente rijo (cf. pág. 252 do vol. XLI), se encontram, apesar disso, notavelmente poidas.

Na suposição do *ustrinum*, de uso geral, já este desgaste das pedras do chão é mais aceitável, como acentuáramos (cf. pág. 205 do vol. XLI), pela necessidade mais ou menos freqüente, conforme a mortalidade, de, após cada incineração, se efectuar uma lavagem dos restos orgânicos oleosos ou das cinzas que ficassem aderentes ao pavimento do crematório. A água do tanque junto seria imprescindível nessas limpezas repetidas. A existência de dois *ustrina*, pertencentes à mesma povoação, não é insustentável, dadas as razões já expostas a pág. 206 do vol. XLI. Em reforço desta hipótese apresenta-se ainda o facto de se ter encontrado, junto do monumento (fig. 2-B), uma espécie de *cista* (fig. 17) constituída por quatro pedras metidas de cutelo no terreno, formando, duas a duas, as paredes laterais de uma caixa rectangular, à qual faltavam as outras duas faces e a tampa. ¿Ter-se-ia ali depositado uma urna cinerária? É bem possível; mas devemos acrescentar que nenhum espólio apareceu no interior que autorizasse a estabelecer uma opinião segura. Esta caixa está situada junto à calreira que, à margem da calçada, vem da povoação, sendo portanto verosímil tratar-se de qualquer pequeno reservatório de água, tanto mais que, dada a configuração

do terreno, parece que, primitivamente, a construção não era enterrada, o que, em parte, dá menor probabilidade à ideia de uma sepultura.

A existência das esculturas da Saia e o desgaste da parte superior das pedras do tanque, certamente produzido pelo afiar de instrumentos cortantes, só pode explicar-se pela imolação de *victimae* ou quaisquer práticas sacrificatórias realizadas no recinto destes monumentos. Sacrifícios aos deuses ou aos mortos? Não é possível distinguir nitidamente, pois, como muito bem nos afirmou em carta o Sr. Dr. Linckenheld, é muitas vezes difícil estabelecer um limite exacto entre as questões da mitologia em geral, as da astrolatria, e as que, no espirito dos nossos longínquos antepassados, se prendiam particularmente com o destino das almas. Por outro lado, se os actos sacrificatórios eram vulgarmente consagrados aos deuses, também muitas vezes os mortos heroizados ⁽¹⁾ gozavam dos respeitos e do culto devido às divindades. O Sr. Leite de Vasc. cita-nos, por exemplo, o célebre monumento de Sá ⁽²⁾, do Museu Arqueológico da Soc. Martins Sarmento, indiscutivelmente um cipo funerário, que mostra numa das faces o baixo-relêvo de uma cabeça aureolada ⁽³⁾, certamente a imagem do morto, e, nos outros lados, figuras de oferentes e a representação de um sacrificio ou libação. O mesmo illustre Prof. transcreve também, nas *Religiões da Lusitania* (III, 14-15), a conhecida passagem de Apiano, na qual este A. nos diz que, nos funerais de Viriato — o herói lusitano —, foram sacrificadas muitas vítimas e celebrados combates corpo a corpo. Estas lutas sangrentas de gladiadores tinham, por sua vez, origem remota nos sacrificios humanos.

Da cerimónia fúnebre ⁽⁴⁾ fazia parte o banquete (*cœna*), acto de que ainda hoje restam claros vestígios nos costumes do nosso povo. Esta refeição ritual era acom-

⁽¹⁾ Cf. s. v. *•Heros•* in Daremberg & Saglio — *•Dict. des Ant. grec. et rom.•* — Paris — Hachette.

⁽²⁾ V. Leite de Vasc. — *•Rel. da Lus. •* — III, figs. de pág. 448-449.

⁽³⁾ Cf. s. v. *•Nimbus•* in Dict. cit., de Daremberg — vol. IV — 1904.

⁽⁴⁾ V. s. v. *•Funus•* in Dict. cit., de Daremberg — vol. II — 1896.

panhada de danças, jogos, corridas, etc., e realizava-se junto ao sepulcro, ou até dentro dêste, se as suas dimensões e o número dos convivas o permitiam, sendo reservada para o defunto uma parte dos alimentos. A lembrança do festim era, por vezes, perpetuada junto do morto por meio de esculturas embelezando o sepulcro e representando scenas do próprio banquete, ou que o precediam, tais como a condução das vítimas para o sacrificio, etc.; estas esculturas teriam mais um carácter de monumentos votivos, destinados ao culto, do que propriamente de estelas sepulcrais. As festas funerárias repetiam-se em datas fixas, em honra dos deuses *Manes* dos mortos, que eram, afinal, as suas próprias almas divinizadas.

De certo modo se adaptam sem dificuldade, é inegável, as características arqueológicas do monumento de Britei-



Fig 17 — Restos de uma cista (?), próxima do monumento

ros a êste ligeiro esboço dos usos e rituais que os Romanos (e certamente os povos que sofreram a influência da civilização) praticavam para com os seus mortos. Na Citânia vamos encontrar um tanque com as guardas desgastadas no tampo superior, como se tivessem servido de pedras de afiar os instrumentos com que eram mortas e retalhadas as vítimas, imoladas o sacrificio ou banquete fúnebre. A confirmar o acto sacrificatório, lá estão as esculturas do tanque do «Forno dos Mouros», do Monte da Saia, com a representação da condução de um touro, apresentando também essas pedras um desgaste profundo, na sua parte superior, exactamente como as da Citânia.

É, por último, os vestígios do fogo neste tipo de monumentos, a denunciarem a incineração.

Mas ¿quem nos pode garantir que tôdas estas práticas se não dedicassem, no monumento da Citânia e seus congêneres, exclusivamente a qualquer divindade? ¿Porque não há-de êste monumento, que poderemos considerar sumptuoso, pelo singular contraste com a habitual pobreza e simplicidade das construções dos nossos castros, ter sido erigido em honra de uma divindade do panteão indígena primitivo, ou já profundamente romanizado? Por muito que os espiritos dos mortos influíssem nas acções dos vivos e lhes merecessem um culto fervoroso, os deuses, como entidades simbólicas das fôrças invencíveis da natureza, criadoras ou destruidoras, haviam de estar, necessariamente, num plano superior. E, se nós sabemos relativamente pouco das práticas locais funerárias dos nossos distantes antepassados, ¿porventura conhecemos muito das cerimónias particulares dos cultos dedicados aos seus deuses? Responde Cumont, autoridade no assunto: «Nous ignorons presque comment les anciens priaient, nous ne pénétrons pas dans l'intimité de leur vie religieuse, et certaines profondeurs de l'âme antique nous restent ainsi inconnues» (1).

Em primeiro lugar, as limitadas proporções do edificio não podem ser consideradas como argumento que contraíria a suposição de um templo. O santuário de Panoias (Trás-os-Montes) (2), por exemplo, que as inscrições nos revelam claramente ter sido dedicado ao culto de *Serapis*, é constituído, apenas, por certos penedos toscos, contendo unicamente, além dessas inscrições votivas, umas pequenas cavidades e alguns degraus talhados na rocha viva. A sumptuosidade monumental dos templos da antiguidade clássica não se propagou, na generalidade, à Península Ibérica, e, de modo algum, à região do Noroeste. Aqui, tudo se conservou humilde, rude e pobre, de harmonia com a singularidade característica dos nossos castros.

(1) V. Franz Cumont — «Les religions orientales dans le paganisme romain» — Paris — Geuthner — 4.^a ed. — 1929 — pág. 10.

(2) V. Leite de Vasco. — «Rel. da Lus.» — Lisboa — vol. III — 1913 — pág. 465 ss.

A imolação de touros era vulgaríssima nos actos sacrificatórios em honra de muitas divindades do panteão romano e de outros; a Arqueologia clássica está repleta de monumentos esculpturados representando essas cerimónias. Basta-nos folhear qualquer Manual ⁽¹⁾. Também na Lusitânia eram vulgares tais esculturas ⁽²⁾. O touro era um animal sagrado em muitas religiões, e nomeadamente na Península Hispânica ⁽³⁾, onde os sacrificios destes animais foram correntes até uma época relativamente avançada. Os textos dão notícia de um curioso acto sacrificatório, ou purificação pelo sangue, chamado *taurobolium*, descrevendo-nos Prudêncio, poeta nascido em Calagurris por meados do séc. IV da nossa era, um desses sacrificios, com tão minucioso detalhe ⁽⁴⁾, que geralmente se admite a possibilidade de o A. ter sido uma testemunha ocular do mesmo. Era uma prática de origem oriental, introduzida na Hispânia pelos Romanos, com os cultos de Cybele e de Attis. Em honra de Mithra também se imolavam touros. As doutrinas do culto mithriaco, de origem pérsica, largamente espalhado e arraigado em Roma e nas Províncias do Império, chegaram a constituir, pela sua elevação moral, um dos maiores obstáculos à difusão do Cristianismo nascente ⁽⁵⁾. Coincide ainda a circunstância de os templos dedicados a Mithra serem subterrâneos, como o monumento da Citânia ⁽⁶⁾.

Não ousaremos, evidentemente, com tão vagos e pre-

(1) V., por ex, Cagnat — « Manuel d'Arch. Romaine » — Paris — vol. I — 1917 — figs. 70, 309, 310, 342; vol. II — 1920 — figs. 435, 436, 438.

(2) V. Leite de Vasc. — « Rel. da Lus. » — III, págs. 463, 483, 511, 516, 517.

(3) Diodoro — IV, 18.

(4) V. « Peristephanon », Aurelii Prudentii Clementis — Basilea, 1527 — págs. 234-236; Franz Cumont — Ob. cit., pág. 63.

(5) V. Franz Cumont — Ob. cit., pág. 148.

(6) De templos subterrâneos há na Península tradição remota. Avieno, por ex., cita no Péríplo (*Ora Maritima*, v. 241) um templo numa « cova » (*penetral cavum adytumque caecum*), dedicado à deusa infernal (*dea inferna*), situado num promontório da região tartéssia. O Prof. Schulten localiza esse promontório no limite ocidental do império de Tartessos, colina de La Rábida, na foz do rio Tinto (*Hiberus*), perto de Huelva (cf. A. Schulten — *Tartessos* — Madrid, 1924 — pág. 178).

cários elementos, defender a ideia de que êste monumento de Briteiros tivesse sido prôpriamente um *mithraeum*, mas, porventura um santuário dedicado a qualquer divindade de atributos semelhantes, adaptada ao culto indigena, tanto mais que, como diz o Sr. Dr. Leite de Vasc. ⁽¹⁾, também nesta região foram veneradas certas divindades orientais e africanas: *Isis*, num monumento epigráfico de Braga, *Cybele* e *Attis* (*dii omnipotentes*), etc., numa inscrição polítea de Vizela. O Sol tinha um culto largamente espalhado na Península, como se depreende de muitos textos epigráficos, em que se menciona o *deus Sol*, o *deus maximus*, o *deus æternus*, o *Sol invictus*, etc. ⁽²⁾. Aos mistérios romanos do culto de Mithra, vulgarmente chamado *Sol invictus*, pôsto que aquele deus fôsse distinto do Sol, andou sempre ligado um simbolismo astronômico, revelado nas composições artísticas que decoravam os templos ⁽³⁾. Também no monumento citaniense aparecem, como vimos, emblemas astrais, estilizados nos respectivos signos — os trisceles, o disco simples e a cruz equilateral inscrita num círculo. E até os arcos de circunferência concêntricos, da pedra que contém estes símbolos, poderiam não ter apenas uma simples intenção decorativa, como dissemos a pág. 254 do vol. XLI, pretendendo mesmo representar a abóbada celeste, onde gravitam os astros. Não esqueçamos também que, no interior do monumento de Briteiros, apareceram numerosas pedras roladas, muito polidas, como se houvessem sido submetidas a um atrito prolongado sôbre uma superfície granítica, supondo nós que elas teriam servido para auxiliar a limpeza do pavimento, após as cerimônias crematórias, ou, na hipótese do santuário, após a incineração dos animais sacrificados (cf. pág. 205 do vol. XLI). Mas bem podia ser, especialmente neste último caso, que tais pedras fôessem ainda uma expressão de culto litolátrico, e a sua deposição ali obedecesse a qualquer sentido religioso ou votivo ⁽⁴⁾, pois algumas estão

(1) V. «Rel. da Lus.» — III, págs. 342 e 358 ss.

(2) Cf. C. I. L. — vol. II e seu Supl. — N.ºs 807, 2634, 4604, 5127, 5319, 6308, etc.

(3) V. Franz Cumont — Ob. cit., pág. 136.

(4) V. «Rel. da Lus.» — I, pág. 314.

requemadas do fogo. Mithra era uma divindade nascida de um rochedo — a *petra genatrix* ⁽¹⁾.

Os animais sacrificados classificavam-se de *hostiae* e *victimae*, conforme se tratava de animais de pequeno vulto, como ovelhas, porcos, etc., ou de animais corpulentos, como o touro. Este, ricamente enfeitado com grinaldas, etc., e prèviamente aspergido com certa farinha amassada com sal (*mola salsa*) ⁽²⁾, era imolado, com todo o ceremonial que o rito exigia, e, em seguida, queimado, na sua totalidade (*holocaustum*), ou só a pele, vísceras e ossos, distribuindo-se a parte comestível pelos sacerdotes e crentes. O uso, ainda hoje vulgar entre nós, de ofertar aos santos animais vivos, ou carne já curada, certos géneros alimentícios, pão, ovos, etc., e até sal, tem evidente relação com as primitivas oferendas, pois a muitos hábitos as doutrinas do Cristianismo não conseguiram extinguir juntamente com as crenças pagãs, devendo hoje ser considerados como vestígios dessas práticas remotas ⁽³⁾.

¿Não poderia ser, portanto, o monumento citaniense um lugar de sacrificios, em honra de qualquer divindade heliolátrica, deus do raio e do fogo, pertencente a êsses cultos, tão pouco conhecidos, mas dos quais nos restam tão iniludíveis indícios, especialmente no Noroeste Peninsular? ⁽⁴⁾ Ou, como queria Sarmiento, ¿seria esta espécie

(1) V. Leite de Vasc. — «Rel. da Lus.» — Lisboa — vol. III, 1913 — pág. 336.

(2) V. Cagnat — «Manuel d'Arch. Rom.» — Paris — vol. II, 1920 — págs. 164 e 178.

(3) Na igreja paroquial de Quintela de Lampaças, no distrito de Bragança, ainda hoje existe o curioso costume local de pendurarem, à volta do altar, presuntos, peios, etc. O S. Bento da Porta-Aberta (Gerez) recebe, com particular agrado, segundo a ingénua crença popular, oferendas brancas, como ovos, galinhas brancas, sal, etc. Ao S. Cristóvão, de Lousada, oferecem-se bolos e borõas de pão de milho. Em determinadas festas e procissões de certas terras, como em Vila-da-Feira, Arganil (Coimbra), etc., é de uso algumas raparigas conduzirem à cabeça açafates ricamente ornamentados, contendo as chamadas «fogaças» (reminiscência do *panis focalius* ou *subcineritius*); trata-se de um bõlo especial, que no fim da festa é vendido em leilão (V. *Arquivo Etnogr.* — III. *Festa das Fogaças*, por Cláudio Basto, in «Portucale» — IV — 1931 — pág. 49). ¿Não representam estas moças o papel das *canephorae*, de certos cultos do paganismo? Os exemplos podiam multiplicar-se.

(4) V. Cuevillas & Brey — «Os Oestrímnios, os Saefes e a Ofioatría en Galiza» — A Cruña, 1929 — págs. 164-165.

de monumentos dedicada ao culto de divindades das *fontes* (¹), servindo os respectivos tanques de *lavacra*, para as abluções do ritual? Também o Sr. Ab. Favret, aflorou, por último, esta hipótese (*fontaine sacrée*), da qual, salvo o devido respeito, nos permitimos discordar, pelas razões já aduzidas (cf. pág. 24-25).

Em suma: — ¿Que podemos nós concluir de positivo à-cêrca da interpretação do monumento de Briteiros? — Bem pouco, infelizmente. Mas, a deficiência das nossas asserções não deve ser condenada, porque, quando os dados da investigação rigorosamente científica não autorizam que saíamos do campo das conjecturas — ter a prudência de ignorar constitui também, de certo modo, uma sabedoria. Aguardemos, pois, sem precipitações, que o futuro nos conceda mais seguros elementos de estudo, e convençamo-nos de que a explicação exacta da notável descoberta de Briteiros, fora do domínio das hipóteses, só poderá obter-se, um dia, perante novos dados que outras escavações mais fecundas venham ainda a fornecer. Também só decorridos dois séculos de investigações, o acaso permitiu que se pudesse determinar, definitivamente, a colocação e utilidade material da célebre Pedra Formosa!

IV — Conclusões

Terminando, podemos afirmar que a importantíssima descoberta do monumento citaniense nos veio facultar os seguintes dados concretos:

1.º — Interpretação da função material primitiva da «*Pedra Formosa*» e em conseqüência a certeza da sua posição originária — colocada ao alto e não horizontalmente.

2.º — Carácter de generalidade destes monumentos, constatado pelo exame comparativo com outros do mesmo tipo e de igual cronologia, existentes em vários castros (Sabroso, Saia e Vermoím).

(¹) V. Martins Sarmiento — «*Os Celtas na Lusitânia*», in *Revista Científica* — Porto, 1882 — Ano I — pág. 295, nota 2.

3.º — Verificação de vestígios da acção do fogo, na face interna de certas paredes dêstes monumentos, mostrando assim que, dada a impossibilidade de se lhes attribuir um uso industrial, nêles se praticou, possivelmente, a incineração de cadáveres ou de animais imolados, destinando-se conseqüentemente à realização de práticas de carácter religioso (sepultura, crematório ou templo).

MÁRIO CARDOZO.